

O mealheiro oculto: dinâmicas econômicas entre o Norte e o Sul do Brasil no tempo da Independência

Daniel Souza Barroso



resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a economia da Amazônia, do Nordeste e do Sul do Brasil no período da Independência. Para tal, examina as exportações e a força de trabalho escravizada dessas regiões. Propõe-se, ao final, a hipótese de que – direta ou indiretamente – as dinâmicas econômicas entre o Norte e o Sul do Brasil produziram riqueza à margem do Centro-Sul, ao responderem por grande parte das exportações e da população do país naquele contexto.

Palavras-chave: economia; Brasil; século XIX.

abstract

This paper aims at analyzing the economy of the Amazon, the Northeast, and the South of Brazil at the Independence. I shall examine exports and the enslaved labor force in these regions. Finally, I present the hypothesis that – directly or indirectly – the economic dynamics between the North and the South of Brazil produced wealth beyond Center-South, as they accounted for a large part of Brazilian exports and population in that context.

Keywords: economy; Brazil; Nineteenth Century.

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior (2011) vislumbra, nas primeiras décadas do século XIX, um contexto-chave para a compreensão do “sentido da colonização”. Na sua leitura, aqueles anos representavam, de um lado, um “balanço final” de três décadas de colonização, de outro, um lócus de observação privilegiado do processo histórico que nos levou ao Brasil de hoje. Assim como as dinâmicas coloniais, os processos de Independência apresentaram contornos distintos, nas diferentes regiões do novo Império que se formava. Este artigo tem como objetivo examinar a economia brasileira em tal contexto, enfatizando a Amazônia, o Nordeste e o Sul do país. Mais do que um simples panorama, procuramos evidenciar como as características particulares da colonização, nessas regiões, permitem matizar a própria compreensão acerca da formação econômica do Brasil contemporâneo, além do Centro-Sul.

Dos caminhos possíveis para a análise proposta, optamos por desenvolver uma reflexão que considere, especialmente, o protagonismo de gêneros agroextrativistas nas exportações e a participação da força de trabalho escravizada em cada uma das regiões observadas. Outros recortes poderiam ter sido adotados, como a formação de redes mercantis, dos mercados internos, de experiências de trabalho não escravistas e das elites locais e regionais. A opção pelas exportações e a escravidão se justifica por dois motivos: inicialmente, por serem elementos fundantes das explicações tradicionais acerca da formação econômica do Brasil e nos possibilitarem revisitá-las à luz de uma nova historiografia; ademais, por nos ensinarem problematizar, à guisa de conclusão, o próprio conceito de economias periféricas atribuído à Amazônia, ao Nordeste e ao Sul do Brasil, no contexto da Independência.

DANIEL SOUZA BARROSO é professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

AMAZÔNIA

Por longo tempo, foi lugar-comum, na historiografia brasileira, relacionar a formação econômica e social da Amazônia à noção de “área periférica”. Em vez de lida como um horizonte de comparação às outras experiências coloniais de Portugal nas Américas, estruturadas – em maior ou menor medida – a partir das *plantations*, a Amazônia foi, o mais das vezes, descrita como um ciclo extrativista multissecular, no qual a agricultura e a escravidão africana teriam ocupado um lugar secundário, em virtude do protagonismo da mão de obra indígena e da coleta de drogas do sertão (e, séculos mais tarde, da borracha). Se, por um lado, é verdade que a força de trabalho indígena e o extrativismo tiveram um papel destacado na formação da região, por outro, a agricultura e a mão de obra africana escravizada estiveram longe de serem inexpressivas no mesmo processo.

A partir de meados do século XVIII, quando Portugal e os seus domínios ultramarinos enfrentavam uma grave crise econômica decorrente – dentre alguns outros fatores – do esgotamento das minas de ouro e de diamantes, a Coroa portuguesa, sob o reinado de d. José I, promoveu um conjunto de reformas que tinham como objetivo aprimorar a administração do Império e incrementar as receitas obtidas pela exploração colonial. Tais políticas, mais conhecidas como Reformas Pombalinas¹, tiveram grande impacto na Amazônia, com a reorganização do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a mudança da capital para Belém (1751), a elaboração do Diretório dos Índios

(1755) e a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (idem). Embora as Reformas Pombalinas procurassem reorganizar todas as esferas da colonização portuguesa na região, o seu impacto econômico e social foi marcante.

Em *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*, Patrícia Sampaio (2011) ajudou a restabelecer, na historiografia, as conexões existentes mas, geralmente, pouco lembradas entre a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e o reordenamento, naquele contexto, das políticas de acesso à mão de obra indígena evidenciadas pela implantação do Diretório, o fim das tropas de resgate e a lei de liberdade dos índios. De acordo com Sampaio (2011, p. 87), com esse conjunto de medidas adotadas, “a Coroa reitera um procedimento similar ao que precedeu à criação da Companhia do Maranhão, alterando as disposições com relação aos índios e criando novos impedimentos ao seu acesso indiscriminado, por um lado, e, de outro, acenando com a perspectiva da disponibilidade de africanos a tempo e preço razoáveis”.

A despeito dos contrapontos existentes na historiografia acerca da efetividade da criação da Companhia Geral de Comércio no desenvolvimento econômico da Amazônia, é inquestionável que essa companhia produziu um efeito muito maior que a sua congênere do século XVII². Esse efeito pode

1 Acerca das chamadas Reformas Pombalinas, cf. Falcon (1982) e Maxwell (2001).

2 Em uma historiografia tradicional, os contrapontos feitos à efetividade da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em promover o desenvolvimento da agricultura na Amazônia refletem, de um lado, a ideia de que essa região não seria “apta” para a agricultura e, de outro, a própria noção de que a companhia não conseguiu assegurar um número adequado de africanos escravizados para a força de trabalho. Sobre esses discursos, ver principalmente: Barroso (2017, pp. 31-63).

ser notado, em primeiro lugar, no tráfico de escravizados. Estimativas recentes dão conta de que, do começo da ocupação portuguesa na região, nas primeiras décadas do Seiscentos, até 1750, aproximadamente 3 mil africanos escravizados aportaram na Amazônia. Entre 1751 e 1787, pelo menos 22.481 africanos escravizados aportaram apenas no Grão-Pará (Hawthorne, 2010, p. 52). A consolidação da mão de obra africana representou um passo importante no desenvolvimento da agricultura na Amazônia, com características próprias, no contexto do chamado “renascimento da agricultura”³.

Desde as últimas décadas do século XVII, o cacau representava um dos principais – isso, quando não o principal – produtos de exportação da Amazônia. A produção desse gênero, realizada inicialmente através da extração de sua forma nativa (o chamado cacau “bravo”) e, mais à frente, por meio do cultivo do chamado cacau “manso”, foi incentivada pela Coroa portuguesa desde, pelo menos, os anos de 1670 – quando o seu potencial de comercialização já estava comprovado. Nas leituras de diversos agentes da administração colonial portuguesa, o

cacau era um produto com baixo custo de produção e elevado preço de venda. Entre 1756 e 1777, contexto de atuação monopolista da Companhia Geral de Comércio, o cacau representou 61,0% do valor total das exportações paraenses. Entre os anos 1796 e 1822, o peso relativo do cacau no conjunto de exportações do Grão-Pará foi de 50,3% (Dias, 1972, p. 373; Alden, 1976, p. 127).

A vila de Cameté, no Baixo Tocantins, era uma das principais localidades produtoras de cacau na Amazônia. Em 1778, segundo o Mapa de Famílias do Estado do Grão-Pará, elaborado sob as ordens do então governador João Pereira Caldas, aquela vila possuía 603 domicílios, dos quais 431 (71,5%) se dedicavam a produzir cacau. Tal produção, por vezes associada a de outro gênero agroextrativista, no contexto da policultura que caracterizava a agricultura desenvolvida na região entre os séculos XVIII e XIX, concentrava, também, grande parte da força de trabalho escravizada de Cameté. Dos 1.641 escravizados recenseados na ocasião, 1.349 (82,2%) estavam empregados na coleta ou no cultivo do cacau. Os demais ajudavam a produzir gêneros diversos, a exemplo dos 79 escravizados que trabalhavam no engenho Carmelo, em Carapajó, pertencente a João de Moraes Bittencourt, que produzia açúcar e aguardente⁴.

Se, por um lado, não há como questionarmos a prevalência do cacau nas exportações da Amazônia, por outro, também não há como limitarmos a economia amazônica a um único gênero (cacau), muito menos a uma atividade econômica preponderante

3 Em *História econômica do Brasil*, de 1945, Caio Prado Júnior desenvolve o conceito de “renascimento da agricultura”. Nas palavras do autor: “Em seu lugar [mineração] ressurgirá novamente a agricultura, que volta a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização. Mas não será apenas este o fator negativo que estimula o refluxo das atividades da colônia para o cultivo da terra. Estendiam-se novamente os mercados para seus produtos. Para isto contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população europeia no correr do séc. XVIII; a par disto, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolução Industrial. Isso se reflete intensamente no mundo colonial. Seus mercados se alargam, seus produtos se valorizam” (Prado Júnior, 2008, pp. 79-80).

4 Arquivo Histórico Ultramarino, Pará (avulsos), cx. 94, doc. 7.509.

(extrativismo), tendo em vista os crescentes volumes de exportação de outros gêneros agrícolas e o fato de parte do cacau exportado no período ter sido cultivada, e não somente coletada (Chambouleyron, 2014). Apesar de haver uma incipiente exportação de açúcar (o grosso da cana-de-açúcar produzida no Pará era processado em aguardente), o café, o algodão e o arroz passaram a ocupar um espaço maior nas exportações do Grão-Pará no último quartel do século XVIII, na esteira não apenas de melhorias técnicas, da reorganização da mão de obra indígena, sob o Diretório, e da introdução de mão de obra cativa africana, como também através do plantio de novas espécies de gêneros agrícolas.

O século XVIII assistiu, portanto, ao reposicionamento da agricultura na economia amazônica. Ao examinar os valores dos gêneros extrativistas e agrícolas exportados pelo Pará, entre 1720 e 1820, Francisco Costa observou que o valor das exportações agrícolas cresceu, em média, a 5,2% a.a., enquanto o valor exportado da produção extrativista cresceu, em média, a 2,3% a.a. Advertimos, entretanto, que Costa parece considerar toda a produção de cacau como extrativista, o que, por certo, subestimou o crescimento do valor de exportação dos gêneros agrícolas (Costa, 2012, p. 206). Ainda assim, o autor estimou que, no final do período colonial, a agricultura respondia por, pelo menos, 40% do valor total de exportações do Grão-Pará. Isso, ainda sem considerarmos os gêneros agrícolas que, consumidos na região, dinamizavam o comércio interno na Amazônia.

Em 1792, o juiz ordinário de Porto de Moz, Antônio João Rodrigues, remeteu ao governador, Francisco de Souza Coutinho, a relação de “todas as aguardentes que passa-

ram para [rio] acima”, rumo à capitania do Rio Negro. As centenas de “canadas” listadas reforçam que a produção de cana-de-açúcar levada a cabo na Amazônia visava, acima de tudo, ao abastecimento interno da região⁵. Anos mais tarde, em 1803, os mapas enviados ao governador Marcos de Noronha e Brito pelas freguesias de Moju e do Acará revelariam que 5,6% e 17,6% do arroz produzido, respectivamente, nessas paróquias, foi consumido nas próprias localidades. Além do mais, os mapas informam, ainda, que 57,8% da farinha e 86,2% do milho produzidos no Acará foram, igualmente, consumidos em tal freguesia⁶. Dados indicativos de um movimento de interiorização da economia amazônica que, até hoje, tem recebido pouca atenção.

Autores clássicos da historiografia econômica da Amazônia, como Barbara Weinstein e Roberto Santos, não costumaram dar a devida ênfase aos fundamentos internos de produção da região. Embora Weinstein (1993, pp. 24-25) enxergue, nas primeiras décadas do século XIX, um contexto no qual a agricultura assumiu protagonismo na economia da região, em detrimento do extrativismo, Santos (1980, p. 23) defende que a Amazônia apresentava somente “alguma produção agrícola de exportação (algodão) e de gêneros de subsistência (arroz), [que] não chegava a ter maior expressão”. E que apresentaria, ademais, uma tendência declinante na primeira metade do século, com “a

5 Arquivo Público do Estado do Pará. Cód. 457. Correspondência de Diversos com o Governo (1788-1792). Agradeço à professora Patrícia Alves-Melo pela cessão de cópia do documento.

6 Arquivo Histórico Ultramarino, Pará (avulsos), cx. 133, doc. 10.131.

inversão na marcha dos preços do cacau; o quadro mundial [...] adverso para produtos tropicais; o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana [...] e os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem” (Santos, 1980, p. 23).

No principal cinturão agroextrativista do Pará – formado pelas regiões do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, no entorno de Belém –, a agricultura permaneceu como uma atividade importante ao longo da primeira metade do século. Em 1823, 11.979 (40%) dos 29.977 escravos do Grão-Pará estavam reunidos nessas regiões. As propriedades escravistas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentavam, em média, 21,7 cativos por plantel. Das 54 escravarias inventariadas de 1810 a 1850, 23 produziam gêneros de subsistência ou abastecimento, outras 19, derivados da cana-de-açúcar (por vezes, com uma produção associada à de arroz ou de cacau) e quatro, especificamente, cacau (Barroso, 2017). Tais características corroboram as indicações anteriores sobre um movimento de interiorização da economia da Amazônia, que viria a se estender, exceção feita à borracha, ao longo do Oitocentos.

Nas primeiras décadas do século XIX, com o espaço cada vez maior ocupado pelo cacau amazônico no mercado internacional, o incremento da demanda interna por alimentos e gêneros de subsistência e a manutenção da importância do tráfico de escravizados para a Amazônia, o comércio se desenvolveu, consolidando o relevo da praça mercantil de Belém e dos negociantes na economia e na sociedade de toda a região amazônica. Esse desenvolvimento foi marcado por um expressivo grau de endogenia na reprodução do capital acumulado em atividades mercantes no Grão-Pará –

que era investido mais em bens comerciais do que em propriedades urbanas ou rurais (Lopes, 2013, p. 110). O comércio ganharia ainda mais protagonismo, na segunda metade desse século, com a consolidação da borracha como o mais importante produto de exportação de toda a Amazônia.

NORDESTE

O Maranhão, por ter tido a sua formação histórica diretamente relacionada à da Amazônia, passou por um processo de desenvolvimento econômico semelhante à capitania do Pará na virada do século XVIII para o XIX. Com a criação da Companhia Geral de Comércio, o Maranhão também recebeu um número expressivo de escravizados com a finalidade de desenvolver, na região, uma economia agrícola de base escravista. Entre 1751 e 1787, 22.414 africanos escravizados aportaram em São Luís, quantidade equivalente aos 22.481 aportados em Belém, no mesmo período. Nas décadas seguintes, no entanto, o fluxo de escravizados para o Maranhão se intensificou destacadamente. De 1788 a 1815, 56.322 africanos escravizados aportaram em São Luís e 17.072 em Belém (Hawthorne, 2010, p. 52). Diferença que se acentuou como consequência dos excelentes resultados das exportações de algodão e arroz pelo Maranhão.

A crescente demanda internacional por algodão, decorrente do processo de industrialização na Europa, favoreceu a expansão e a consolidação do setor agroexportador do Maranhão. O crescimento da cotonicultura fez do Maranhão a segunda principal região exportadora desse produto na colônia (Arruda, 1980, pp. 353-4) e do porto de São Luís, o quarto maior exportador do

Brasil (Arruda, 1980, p. 368). O avanço da rizicultura contribuiu de forma igualmente expressiva para o aprimoramento do setor agroexportador do Maranhão. Negociantes da praça de São Luís, a exemplo de José Gonçalves da Silva e Antônio José Meirelles, alcançavam patamares elevados de lucro com a comercialização do algodão e do arroz. Tais produtos, considerando as exportações da colônia como um todo, permitiam lucros líquidos de, respectivamente, 65% e 101%, entre os anos de 1796 e 1811 (Arruda, 1980, pp. 566-570).

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, a produção de algodão no Maranhão estava concentrada nas mãos dos grandes proprietários que, além de ocuparem posições de prestígio no cenário político local, estavam envolvidos no trato de escravizados para a região (Mota; Barroso, 2017). Ao contrário de discursos construídos por intelectuais maranhenses, ainda no Oitocentos, sobre a crise da produção algodoeira na província, estudos recentes têm evidenciado que o declínio da cotonicultura se consolidou apenas na década de 1840, sendo a redução da força de trabalho escravizada o resultado, não a causa desse declínio. Nesse sentido, a estagnação da cotonicultura, a partir dos anos de 1820, estava mais associada à política fiscal implantada pelo Império, que tributou as principais *commodities* do Brasil, do que a problemas como falta de mão de obra ou os altos custos do transporte terrestre (Pereira, 2017).

Em que pese tal observação, a participação relativa de pequenos e médios produtores de algodão cresceu, no decurso do século XIX, tanto no Maranhão quanto em Pernambuco – outra destacada região cotonicultora. Em 1848, diferentes localidades

dos vales dos rios Itapecuru e Mearim – principais espaços da produção de algodão e de arroz do Maranhão – apresentaram a média de 13,7 escravizados por proprietário, com o plantel modal unitário nesse conjunto amplo de localidades (Marcondes, 2005, p. 182). Entre 1800 e 1850, no Agreste pernambucano – espaço característico da cotonicultura, outrossim, da lavoura de subsistência e da pecuária –, os plantéis tinham, em média, 11,1 escravizados. No contexto, 89% das pessoas inventariadas possuíam, pelo menos, uma pessoa escravizada, corroborando o quadro de ampla disseminação da propriedade cativa (Versiani & Vergolino, 2016, p. 151).

Não foi, porém, apenas o algodão que promoveu uma nova etapa de dinamismo econômico no Nordeste após o mal-estar econômico que atingiu o Império português durante as décadas de 1760 e 1770. O já referido “renascimento da agricultura” fez o açúcar voltar a prosperar após um século de decadência, contribuindo, decisivamente, para que as balanças comerciais europeias se invertessem em favor de Portugal, a partir dos anos de 1790 (Barickman, 2003, p. 51). Nesse movimento, não somente as mais antigas regiões açucareiras no Brasil se beneficiaram. Além da Bahia e de Pernambuco, o atual Sudeste desenvolveu um complexo açucareiro que, em relação a muitos aspectos, serviu de base para o surgimento do complexo do café – que se tornou o principal produto de exportação de São Paulo, substituindo o açúcar, em 1848 (Petroni, 1968).

Na Bahia, o açúcar começou a se recuperar já a partir do final dos anos de 1770, com a elevação dos preços do gênero em Londres e Salvador. A média anual de exportação, que, até o início dessa década,

era de 400 mil arrobas, se expandiu para aproximadamente 800 mil arrobas, nos últimos anos do século XVIII. Além da questão do preço no mercado externo, internamente, essa expansão foi beneficiada pela ampliação do número de engenhos existentes na Bahia e em Sergipe – que passou de 353, entre 1790 e 1795, para 469 em 1818. Mesmo com a queda constante dos preços em Londres, na década de 1820, o declínio na taxa de câmbio implícita do mil-réis contrapôs tal redução e viabilizou uma nova ampliação do número de engenhos. Em 1829 e 1830, sem Sergipe (já alçado à condição de província), a Bahia exportou mais açúcar do que em qualquer ano anterior à Independência (Barickman, 2003, pp. 71-6).

Como nos primeiros séculos da colonização, a maior parte dos engenhos estava concentrada no Recôncavo, que reunia, 1818, 292 (92,7%) dos 315 engenhos arrolados na Bahia. Tais propriedades se localizavam, em geral, nas freguesias situadas às margens da Baía de Todos os Santos (Barickman, 2003, pp. 80-1). Nos anos de 1816 e 1817, nas vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde – coração da economia açucareira do Recôncavo –, os proprietários possuíam plantéis com, em média, 8,9 e 12,9 escravos, respectivamente. Especificamente entre os engenhos dessas vilas, a propriedade cativa era relativamente bem distribuída, apresentando graus de concentração (índices de Gini)⁷ de 21%, em Santo Amaro, e de 31%, em São Francisco do Conde (Schwartz, 1988, pp.

356-76). Em alguma medida, esses padrões são semelhantes aos de outras regiões açucareiras do Nordeste, no mesmo contexto.

Na Zona da Mata pernambucana, no decorrer da primeira metade do século XIX, a produção de açúcar não se restringia a grandes senhores de engenho. Pequenos produtores, chamados de “lavradores”, eram responsáveis por uma quantidade, cada vez maior, de cana-de-açúcar plantada. Essa crescente participação não se traduzia, contudo, em uma maior concentração de escravizados sob a sua posse. Se, naquele contexto, 95,1% das pessoas inventariadas possuíam, pelo menos, uma pessoa escravizada, só 15% dos cativos estavam em plantéis com até dez escravos. As propriedades detinham, em média, 18 cativos, sendo a maior delas formada por 283 escravos (Versiani & Vergolino, 2016, p. 151). A Zona da Mata continuou a ser o principal reduto escravista de Pernambuco, concentrando 47,2% dos cativos da província em 1842 e 51,8% dos escravizados em 1872 (Versiani & Vergolino, 2016, p. 148).

O “renascimento da agricultura” não se limitou, todavia, ao desenvolvimento da cottonicultura e à nova etapa da economia açucareira: “O crescimento nas exportações de produtos tradicionais como o açúcar, o fumo e os couros foi acompanhado, após 1780, por aumentos no comércio de produtos relativamente novos” (Barickman, 2003, p. 51). Na Bahia, o tabaco distinguia-se dessas novidades por figurar como um dos principais produtos de exportação da capitania, secundado somente pelo açúcar. Desde pelo menos o limiar do século XVIII, o fumo baiano dispunha de mercados consolidados na Europa, na Ásia e na América do Norte. A perda desses mercados se deu apenas no

7 O índice de Gini é um instrumento que permite medir a concentração de renda (ou riqueza) de determinado grupo. O valor “zero” representa a situação de igualdade, na qual todos possuem a mesma renda ou riqueza. O valor “um” (100%) representa, por sua vez, a iniquidade absoluta.

século XIX, quando as formas de consumo do tabaco na Europa mudaram. Mascar fumo, inalar rapé e usar cachimbo haviam saído de moda com a crescente popularização dos charutos, que favorecia o fumo de origem cubana (Barickman, 2003, pp. 63-70).

A pecuária, em geral, e a produção de charque e de couros, em particular, dinamizaram a economia do Sertão em espaço situado entre as capitanias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí e do Maranhão. A ocupação desse espaço pelos colonizadores estava diretamente relacionada à expansão da lavoura canavieira. Embora disputassem territórios, o açúcar e a pecuária, na prática, se complementavam. A necessidade de animais como força motora dos engenhos, para o transporte dos derivados da cana-de-açúcar produzidos e, evidentemente, para a própria alimentação, consolidava a pecuária como uma atividade de grande relevância para o funcionamento do complexo açucareiro, especialmente na Bahia e em Pernambuco. Apesar de o açúcar ter impulsionado o desenvolvimento da pecuária, essa atividade cresceu em importância mesmo na contração da economia açucareira (Vieira Junior, 2004, pp. 23-37).

Em um esforço de síntese, podemos dividir o evoluir econômico do Nordeste, aqui analisado, na virada do século XVIII para o XIX, em quatro grandes momentos: de 1776 a 1786, o de recuperação da atividade comercial; de 1787 a 1821, o de crescimento substancial de comércio dos principais produtos de exportação; de 1822 a 1829, o de crescimento econômico possivelmente mais lento; e, de 1830 a 1845, o de estagnação ou declínio das exportações (Barickman, 2003, pp. 83-4). Ainda que a economia nordestina tenha se recuperado, em alguma medida,

a partir da década de 1840, com um novo aumento das exportações de açúcar e tabaco, tal recuperação a uma prosperidade comparável àquela alcançada no final do período colonial, com o “renascimento da agricultura”. Na leitura de B. J. Barickman (2003, pp. 83-4): “[...] deu lugar, ao contrário, a longas décadas de estagnação e declínio”.

SUL

O atual Sul do Brasil representou, no período colonial, uma das grandes zonas de pecuária. Estendia-se para o sul do Paranaíba se encerrando, de um lado, na “Serra do Mar e seu denso revestimento florestal” e, do outro, “pelas matas que bordam o rio Paraná e o seus grandes afluentes” (Prado Júnior, 2011, p. 213). A criação de animas havia se estabelecido nessa região desde longa data. Nos Campos Gerais (atual Paraná), pela colonização vicentina; no Rio Grande do Sul, um pouco mais tarde, no limiar do século XVII (Prado Júnior, 2011, pp. 213-214). Tais espaços estavam articulados, de início, a dinâmicas econômicas diferenciadas. Enquanto o Paraná se interligava, sobretudo, ao abastecimento de São Paulo e do Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, por seu turno, “girou mais na órbita castelhana, quase destacado que estava seu território do resto do país até meados do século XVIII” (Prado Júnior, 2011, p. 214).

A ocupação do atual Paraná pelos colonizadores teve início ainda no século XVII, com a expansão da economia paulista ao sul, primeiro, como zona de escravização indígena; depois, com a “descoberta” de ouro em Paranaguá, como lavra de aluviões. A mineração foi substituída por novas atividades econômicas nas primeiras décadas do

século XVIII. Ao longo do Setecentos, as tropas do Rio Grande do Sul que se destinavam a Sorocaba contribuíram para a ocupação dos Campos Gerais, com a fundação de novas vilas relacionadas à atividade campeira. “Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional” (Westphalen, Machado & Balhana, 1968, p. 2). No final daquele século, o espaço dos Campos Gerais já estava plenamente ocupado e articulado à economia colonial.

Com povoados rurais estruturados economicamente em torno da pecuária e da agricultura de pequena escala, que comercializavam gado e mantimentos a regiões limítrofes, o Paraná manifestou um escravismo com características demográficas específicas. Os escravizados dessa região apresentavam grande equilíbrio entre os sexos, baixa idade mediana da população e elevada participação relativa de crianças, conformando um perfil sociodemográfico semelhante ao da população livre da comarca – guardadas, claro, as devidas particularidades (Gutiérrez, 1987). Não obstante, a propriedade escrava no Paraná era marcada por um expressivo grau de concentração, assim como a estrutura agrária da região (Gutiérrez, 2006). Essa característica fazia com que a posse de terras e de escravizados representasse signos importantes de distinção social e da construção de hierarquias no Paraná colonial (Machado, 2008).

Nas primeiras décadas do século XIX, a maioria dos proprietários de terras – principalmente os do litoral, que se voltavam a pequenas lavouras – não possuía escravizados (77,4%). A distribuição de terras entre os proprietários com e sem escravizados era

profundamente desigual, com vantagem para os primeiros. Dos 1.841.425 ocupados no Paraná, em 1818, 1.455.611 (79%) estavam em posse dos proprietários com escravizados. Em outras palavras, isso significa dizer que praticamente 4/5 das terras ocupadas da comarca estavam nas mãos de pouco mais de 1/5 (22,6%) dos proprietários do Paraná. Essa constatação reforça a ideia de uma grande correlação entre escravidão, a propriedade e os usos da terra no Paraná colonial. A posse de escravizados representava, assim sendo, um novo patamar de possibilidades de produção, acumulação, crédito, domínio da terra, segmentação social e acesso ao poder (Gutiérrez, 2006).

Assim como o Paraná, a ocupação de Santa Catarina pelos colonizadores tem início no século XVII, como um desdobramento do bandeirantismo paulista. Ao longo desse século, estabeleceram-se núcleos como São Francisco em 1645, Desterro (Florianópolis) em 1651 e Laguna em 1676. Até 1738, quando foi criada a capitania de Santa Catarina, tal região se notabilizava mais como um caminho das tropas rumo a Sorocaba. Após a criação dessa divisão administrativa, deu-se início ao incentivo de um movimento migratório espontâneo de casais açorianos e de madeirenses, que começaram a aportar em Santa Catarina, nos meados do Setecentos. Os migrantes desenvolveram uma agricultura de pequena escala (essencialmente, de subsistência), a pecuária e, em menor medida, a pesca. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se tanto a vila de Nossa Senhora do Desterro, quanto o interior catarinense (Mira, 2002).

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, as poucas fases de expansão da economia catarinense “diziam respeito, entre outros aspectos e com grande destaque, à

produção da farinha de mandioca, que tinha no porto do Desterro o seu principal canal de exportação”. Parte expressiva da farinha era comercializada com o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e as províncias platenses (Lins, 2020, p. 442). A caça à baleia, uma atividade tradicional do litoral catarinense, também se encontrava em retração, em virtude da ação de baleeiros estrangeiros (especialmente os estadunidenses) (Lins, 2020, p. 442). A caça era uma atividade que contava com a força de trabalho escravizada, ainda que a maior parte dos escravos em Santa Catarina estivesse empregada nos engenhos de farinha de mandioca e de açúcar existentes, assim como na pecuária (Gomes, 2017; Mamigonian & Bisso, 2018).

As charqueadas se estabeleceram no Rio Grande do Sul – inicialmente em Pelotas – nos últimos anos do século XVIII. Se, por um lado, a criação de animais nos Pampas remontava ao começo da colonização na região, dada a abundância de gado bovino, por outro, foi a partir do século XIX que um complexo charqueador se expandiu, lançando mão de uma expressiva força de trabalho escravizada (Osório, 2007). O tráfico de cativos direcionados à capitania se caracterizava pela elevada razão de masculinidade e a relevante participação relativa de cativos jovens – 1/3 dos escravos traficados para a região, de 1788 a 1802, possuía entre 10 e 14 anos de idade. Ademais, tratava-se de um circuito mercantil levado a efeito por muitos “traficantes eventuais”, que organizavam o trato de escravizados em pequenos envios e respondiam pela maior parte do tráfico destinado à região (Berute, 2006).

Os escravos eram, em uma paráfrase do conhecido comentário de Antonil sobre os engenhos de açúcar dos séculos XVII e

XVIII, “as mãos e os pés do charqueador” (Vargas, 2013, p. 206). Entre os inventários *post mortem* de Pelotas, na primeira metade do século XIX, apenas 13,8% não registravam a posse de escravos. Considerando os inventários escravistas, havia uma média de 12,6 cativos por plantel. Cerca de seis de cada dez escravizados inventariados, na comarca, estavam em escravarias com mais de 20 cativos, sugerindo elevado grau de concentração da propriedade cativa (Nogueról, 2016, p. 166). A riqueza média dos charqueadores era a maior do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século, seguida das riquezas médias dos proprietários de mais de 1.000 cabeças de gado e dos comerciantes, um grupo com destacado protagonismo econômico e político na capitania/província (Nogueról, 2016, pp. 167-8).

Entre as Guerras Cisplatinas (1811-1826) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845), os investimentos antes destinados aos empreendimentos rurais passaram a ser em parte aplicados na aquisição de bens urbanos e de embarcações, consolidando uma urbanização vinculada à intensificação das atividades mercantis na província. Apesar de o charque e os couros terem permanecido como os mais importantes produtos de exportação do Rio Grande do Sul, a abertura dos portos, em 1808, possibilitou o desenvolvimento de redes comerciais diretas com a Europa e os Estados Unidos, diminuindo a dependência existente para com o Rio de Janeiro. Em um cenário de franca expansão mercantil, os negociantes de grosso trato se destacaram em relação aos demais comerciantes – seja na importação ou na exportação de mercadorias, seja nos valores envolvidos nas

transações comerciais que desempenhavam (Berute, 2011).

No avançar do século XIX, a efetivação da ocupação do Sul, com o objetivo de coibir o interesse dos vizinhos platinos na região, vai ocupar um lugar de destaque na política migratória brasileira. Essa política, que oscilava desde a época da presença da corte no Brasil, “passou por requintes em que o branqueamento da raça, e a necessidade de uma nação mais civilizada e de um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado” (Alvim, 1998, p. 231). Em especial, entre 1830 e 1880, a imigração para o Brasil foi pautada “numa política de traslado de camponeses voltada para a ocupação e o povoamento de extensas terras, em particular no Sul” (Alvim, 1998, p. 250). Se, sob determinado ponto de vista, é verdade que tal primeira etapa teve “pouco significado do ponto de vista numérico”, é inegável a contribuição social dos imigrantes para o Sul (Alvim, 1998).

ECONOMIAS PERIFÉRICAS – OU RIQUEZA À MARGEM: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No clássico *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado (2007) interpretou a economia brasileira na primeira metade do século XIX como um declínio, a longo prazo, do nível de renda. Para Furtado, faltava ao Brasil a condição básica para o desenvolvimento de sua economia: a expansão das exportações. Com a alegada redução

da importância relativa do setor exportador, a manutenção da renda *per capita* no país dependeria da dinamização interna de setores não ligados ao comércio exterior, como as indústrias e os serviços situados nas zonas urbanas – o que não houve. Conclui o autor: “É provável que a renda *per capita* por essa época haja sido mais baixa do que em qualquer período da colônia” (Furtado, 2007, p. 163). Tal cenário mudaria drasticamente apenas na segunda metade desse século, com a forte expansão das rendas *per capita* na Amazônia, por conta da borracha, e no Sudeste, por conta do café.

O quadro analítico apresentado por Celso Furtado sobre a economia brasileira no tempo da Independência traduz, em grande medida, as interpretações de uma historiografia tradicional. Procuramos, nas últimas páginas, matizar parte desse quadro. Mais do que economias periféricas, a Amazônia, o Nordeste e o Sul do Brasil produziram riqueza – e muita riqueza – à margem das regiões economicamente mais dinâmicas do país. Diretamente, com as exportações de açúcar, algodão, cacau e charque, ou indiretamente, com a subsistência e o abastecimento do Centro-Sul, aquelas regiões continuaram a responder por grande parte da população e das exportações do Império que então se formava. Com a metáfora que intitula este artigo, as dinâmicas econômicas entre o Norte e o Sul do país, à época da Independência, ainda representam, em alguma medida, um mealheiro oculto na nossa historiografia econômica.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, D. "The significance of cacao production in the Amazon Region during the late colonial period: an essay in comparative economic history". *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 120, n. 2, April 1976, pp. 103-35.
- ALVIM, Z. "Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo", in F. A. Novais; N. Sevckenko. *História da vida privada*, v. 3. *República: da belle-époque à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 215-87.
- ARRUDA, J. J. A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BARROSO, D. S. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.
- BERUTE, G. S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- BERUTE, G. S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de doutorado. Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- CHAMBOULEYRON, R. I. "Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century". *Luso-Brazilian Review*, v. 51, n. 1, 2014, pp. 1-35.
- COSTA, F. A. "A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)". *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 44, abr. 2012, pp. 197-219.
- DIAS, M. D. "As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777)". *Revista de História*, n. 50, mar.-jun./1962, pp. 363-77.
- FALCON, F. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, Ática, 1982.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007 [1959].
- GOMES, L. C. "Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836". *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 3, set.-dez./2017, pp. 593-615.
- GUTIÉRREZ, H. "Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830". *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, 1987, pp. 297-314.
- GUTIÉRREZ, H. "Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX". *História*, v. 25, n. 1, 2006, pp. 100-22.
- HAWTHORNE, W. *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. New York, Cambridge University Press, 2010.
- LINS, H. N. "A província de Santa Catarina na primeira metade do século XIX: ensaio sobre opressão econômica e suas repercussões". *História Econômica & História das Empresas*, v. 23, n. 2, 2020, pp. 427-62.

- LOPES, S. N. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790-c. 1830)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- MACHADO, C. S. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.
- MAMIGONIAN, B. G.; BISSIGO, D. N. "População de origem africana", in I. O. Rocha. *Atlas geográfico de Santa Catarina: População (Fascículo 3)*. Florianópolis, Editora da Udesc, 2018, pp. 72-88.
- MARCONDES, R. L. "Posse de cativos no interior do Maranhão (1848)". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, n. 61, jul./2005, pp. 169-86.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.
- MIRA, M. A. B. "A população da Ilha de Santa Catarina", in N. V. Pereira et al. *A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*. Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002, pp. 61-74.
- MOTA, A. S.; BARROSO, D. S. "Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850)". *Revista de História*, v. 176, 2017, pp. 1-41.
- NOGUERÓL, L. P. F. "Posse de escravos no Rio Grande do Sul no século XIX", in F. R. Versiani; L. P. F. Nogueurol. *Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristóvão/Brasília, Editora UFS/Editora UnB, 2016, pp. 163-178.
- OSÓRIO, H. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.
- PEREIRA, T. A. Z. *The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the industrial revolution*. PhD. Dissertation. São Paulo, School of Economics, Business and Accounting, University of São Paulo, 2017.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011 [1942].
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2008 [1945].
- SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus, Edua, 2011.
- SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- VARGAS, J. M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. "Estrutura de posse de escravos em Pernambuco", in F. R. Versiani; L. P. F. Nogueurol. *Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristóvão/Brasília, Editora UFS/Editora UnB, 2016, pp. 147-61.
- VIEIRA JUNIOR, A. O. *Entre paredes e bacamartes: história da família no Sertão (1780-1850)*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha/Hucitec, 2004.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993 [1983].

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno". *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, n. 7, 1968.